

DOSSIÊ

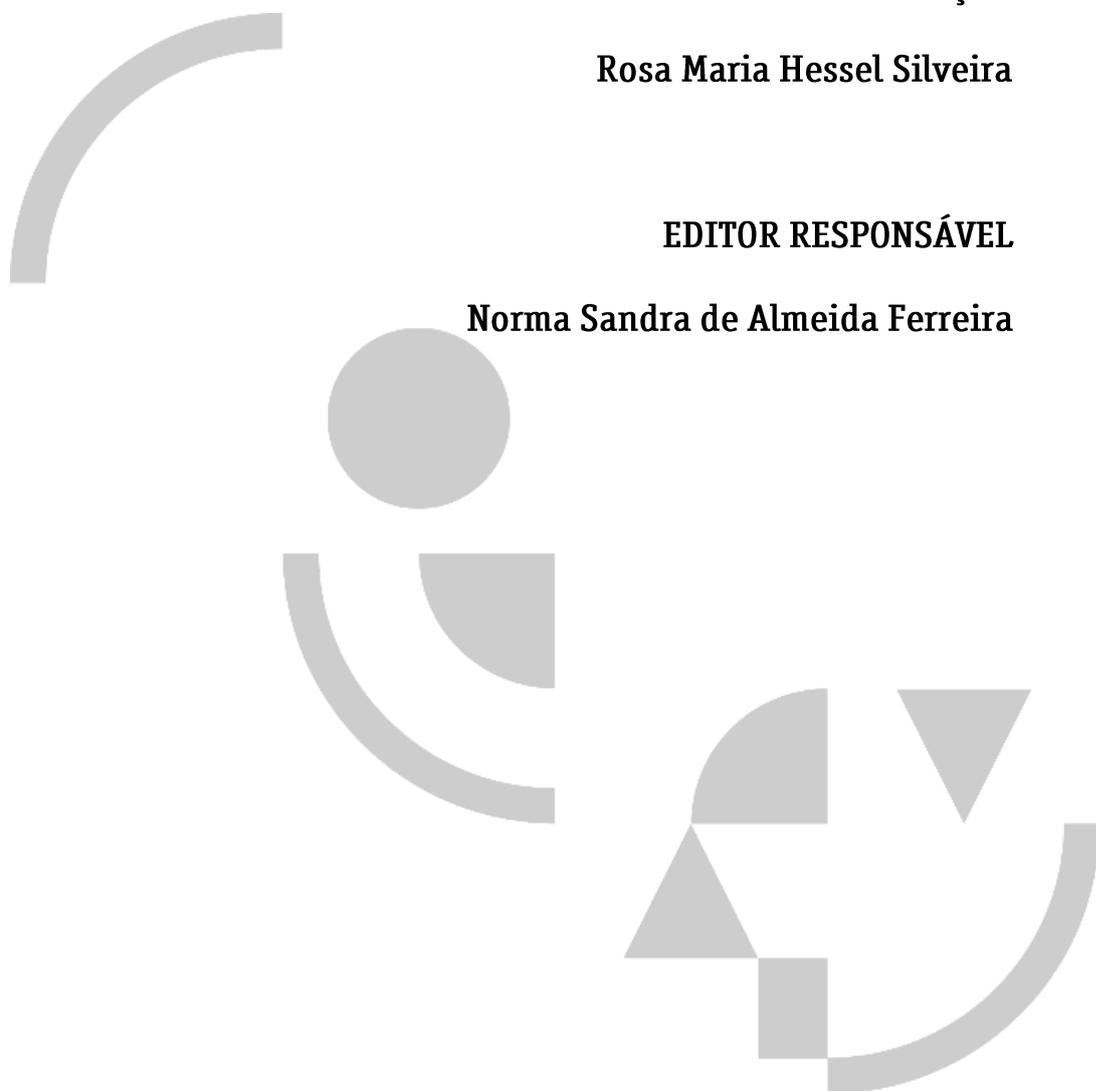
“LITERATURA, INFÂNCIA E ESPAÇOS ESCOLARES”

ORGANIZAÇÃO

Rosa Maria Hessel Silveira

EDITOR RESPONSÁVEL

Norma Sandra de Almeida Ferreira



(em branco)



Literatura, infância e espaços escolares – uma instância para reflexão*Literature, childhood and spaces school – an instance for reflection*

Rosa Maria Hessel Silveira*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, Brasil. rosamhs@terra.com.br

As relações entre a literatura, a infância e os espaços escolares têm variado em teor e importância nos diferentes contextos históricos. Frequentemente tais relações foram relegadas a segundo plano, subsumidas em rótulos mais gerais, como a “educação de valores e formação de pequenos cidadãos” (no início da República brasileira, por exemplo) ou como o “fomento do gosto pela leitura” (no discurso das últimas décadas) ou o “uso de recursos didáticos variados” (clichê também vigente). Efetivamente, vários são os prismas pelos quais a literatura para crianças e sua presença na escola – palco preferencial de sua introdução aos pequenos – podem ser vistas, e uma discussão focalizada nessa conexão torna-se importante, para que não se obscureça sua especificidade, a partir da qual se podem questionar os clichês acima mencionados. É com o intuito de trazer à baila discussões teóricas e contribuições teórico-metodológicas que contextualizem diversas possibilidades desse imbricamento (literatura – infância – escola) que o presente dossiê é proposto. Compõem-no cinco textos de especialistas no tema, os quais, reunidos e articulados, possibilitarão ao leitor e à leitora interessado(a) encontrar elementos teóricos e empíricos que lhe oportunizem uma reflexão atualizada sobre as relações existentes, as possíveis e as (in)desejáveis, entre a literatura infantil e a escola do século XXI.

Inicialmente, cabe-nos apontar que a reflexão sobre qualquer produção cultural ou fenômeno social contemporâneo necessita de uma contextualização e – mais – da compreensão de seu estatuto (e suas transformações) na dinâmica cultural e social em que se insere. Não é diferente com a literatura infantil. Para buscar compreendê-la em seus liames com o cenário atual, é que Rildo Cosson, em seu estudo “Literatura infantil em uma sociedade pós-literária: a

dupla morfologia de um sistema cultural em movimento”, após expor algumas características e nomeações atribuídas à época e ao cenário em que vivemos (sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade pós-literária...), lança questões às quais voltará ao final do artigo: “Qual é o lugar do leitor nessa sociedade? Como formar um leitor atualmente? Qual a razão para se continuar a ensinar literatura?”

Apontando simultaneamente a relevância de tais questionamentos e a impossibilidade de respondê-los cabalmente, o autor busca amparo teórico no conceito de sistema literário (de Itamar Even-Zohar), fugindo à tradicional discussão sobre a literatura infantil como gênero literário. Para Cosson, a literatura infantil pode ser analisada como “um sistema dentro do polissistema literário”. Ele observa que a adoção do conceito de sistema implica um entendimento mais complexo da literatura, que não se resume à díade livro-autor ou mesmo à tríade autor-livro-leitor, mas envolve elementos como o produtor, o produto, o consumidor, o repertório, a instituição, o mercado, todos eles com uma conceituação específica, explorada por Cosson. Para além da assunção do conceito de “sistema literário”, o autor também explora o de “letramento literário” (do qual é um dos propositores no cenário brasileiro), entendido como o processo de apropriação da literatura como construção literária de sentidos.

Cosson retoma, então, as atribuições e as caracterizações que a pedagogia tradicionalmente conferiu à literatura infantil: o paralelo entre a literatura para a infância e a infância da literatura; a associação da leitura com a aquisição da escrita (os livros como material para aprender a ler), o que resultou na inclusão de obras meramente destinadas a favorecer tal aquisição dentro do sistema literário infantil; uma caracterização fechada de livros infantis; e, por fim, a ênfase à decifração do código. Em função de tais características, o sistema literário infantil – afirma o autor – esteve fortemente marcado por um teor pedagógico, que o distanciava dos outros sistemas literários.

O autor aponta, a seguir, para o que chama de processo de “autonomização” da literatura infantil em relação à escola, que teria se iniciado nos anos 1970 e viria se consolidando até o presente. Tal fenômeno é observável pela proliferação de produtos literários dirigidos à criança, independentemente do seu uso escolar; pelo fato de a literatura infantil escapar da escrita e do livro como única forma de acesso à literatura, investindo, por exemplo, na oralização; pela articulação entre a literatura infantil e outras manifestações culturais (vídeos, HQs, etc.); e pelas profundas modificações que os livros infantis vêm apresentando em sua

materialidade e visualidade. Cosson observa que, em função dessa “nova morfologia” do sistema literário infantil – que envolveu a complexificação recente da elaboração dos livros, tornou-se imperiosa a mudança nas práticas escolares de acesso e trabalho com a literatura para crianças. Para exemplificar tais mudanças, o autor analisa uma obra literária marcada pela originalidade, destacando sua ênfase na visualidade e na elaboração textual. Para finalizar seu texto, o autor articula essas novas características do sistema de literatura infantil – e a consequente mudança na morfologia de suas obras – à necessidade de dar respostas novas às perguntas inicialmente formuladas, obrigando-nos a repensar velhos e imutáveis refrões sobre a importância exclusiva da palavra impressa, ao compreendermos – e o autor alude a Néstor García Canclini – que o mesmo leitor é, hoje, simultaneamente leitor, espectador e internauta.

E é contemplando essa necessária desvinculação do trabalho com literatura infantil em relação às marcas tradicionais do trabalho pedagógico (ênfase no conhecimento, na avaliação e na padronização de conteúdos), que o dossiê traz o trabalho de Flávia Brocchetto Ramos e Marli Cristina Tasca Marangoni, denominado “Ecos da poesia no leitor mirim”. A partir de considerações iniciais sobre a palavra poética – eivada de surpresa, de novidade e de ludicidade –, as autoras empreendem um percurso que vai da identificação da presença dos livros de poesia destinados à infância num dos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE (Anos Iniciais, 2010) até a análise de uma sessão de leitura poética realizada dentro de um projeto de pesquisa-ação levado a efeito numa escola pública.

Em relação ao PNBE, sobre o qual outro artigo do dossiê também se debruça, as autoras observam que as obras poéticas constantes dos acervos específicos estudados constituem um “conjunto significativo e variado de produções”, que abarcam desde reedições de clássicos (de Cecília Meireles e Vinícius de Moraes, por exemplo) até obras mais recentes. Temáticas variadas, correspondendo a interesses infantis (seres e elementos da natureza, cotidiano infantil, seres fantásticos, por exemplo) são abordadas com a utilização de uma pluralidade de recursos, sublinham as autoras do artigo, que observam, ainda, que nelas, “embora destinadas à circulação no âmbito da escola, não há engajamento com os currículos escolares, explícitos ou ocultos”.

A pesquisa-ação realizada integrou o projeto *Brincadências poéticas*, pelo qual se procurou perceber os “recursos que cooperam para instaurar possibilidades de sentido poético para o leitor e de que maneira tais recursos são apropriados por aquele que lê”. As autoras trazem para nossa leitura um recorte do projeto, qual seja, o relato sensível do trabalho poético com o poema

O *Eco*, de Cecília Meireles, com uma turma de 4º ano de escola pública. Os recortes das discussões feitas, das atividades lúdicas realizadas e a análise perspicaz das respostas, das intervenções e invenções das crianças, emaranhadas pelo fazer poético, fazem com que o leitor do artigo aceite com naturalidade as principais conclusões do estudo, que dizem respeito à ênfase no lúdico, à conveniência da interlocução na leitura e à sensibilidade aos aspectos poéticos próprios de cada poema. E, numa relação entre o âmbito particular e o mais amplo, afirmam as autoras que o artigo apresentado “procura propor possibilidades de uso e significação dos acervos destinados às escolas pelo PNBE”, em especial, diríamos, no plano da palavra poética.

Mas, se é possível realizar um trabalho produtivo com as obras selecionadas e distribuídas pelo PNBE (seleção e distribuição feita anualmente de 2008 até 2015, com continuidade não confirmada para o ano de 2016 e seguintes), nem sempre existem condições para que tal exploração aconteça. Assim, no artigo denominado “Política de leitura na Educação Infantil: da gestão ao leitor”, Marly Amarilha e Sayonara Fernandes da Silva apresentam uma investigação realizada em escolas de Educação Infantil do município de Natal – RN, com o objetivo de analisar a implementação efetiva do Programa. A partir de uma discussão sobre o conceito de política pública – entendida como intervenções do poder público planejadas com a finalidade de resolver demandas socialmente relevantes – e da constatação da existência de um processo de descentralização de gestão empreendido pelo Governo Federal, as autoras se questionam quanto aos eventuais problemas e às dificuldades de implementação do PNBE nas escolas de Educação Infantil do município citado.

Diários de campo, observações *in loco* e entrevistas semiestruturadas com profissionais técnicos da Secretaria Municipal de Educação, com gestores, coordenadores e professores de 21 Centros Municipais de Educação Infantil do município, permitiram aos pesquisadores esboçar um quadro de como o PNBE “chega” a tais escolas. As autoras do artigo utilizam trechos de depoimentos dos entrevistados, para evidenciar problemas de comunicação entre as diversas instâncias gerenciais, que resultam em desarticulação de ações ou, mesmo, inexistência de qualquer ação complementar à simples entrega das caixas de livros nas escolas. Assim, nos três anos anteriores à pesquisa, baixa percentagem de professores da Educação Infantil do município fez qualquer formação na área de leitura. Tal fato alia-se à constatação da inexistência de biblioteca em todas as unidades de Educação Infantil do município (fato que nem sempre é visto de forma desfavorável pelos gestores, informam as pesquisadoras). Enfim, essa

constelação de problemas parece ser decorrente, em grande parte, da “ausência de acompanhamento do acervo desde sua aquisição à chegada às mãos das crianças”, de tal forma que “a presença de livros na escola não é suficiente para a implementação de uma política de formação do leitor”. Por fim, se as autoras reconhecem a importância e a relevância do Programa – tópico sobre o qual parece haver consenso entre especialistas na área – não deixam elas de concluir pela existência de dificuldades nada desprezíveis, no seu efetivo aproveitamento. Afinal, como concluem elas, “os livros não foram feitos para ficarem fechados, restritos ao silêncio. É preciso que todos se mobilizem para que o silêncio se rompa e as crianças abram o livro”.

Com um caráter predominantemente argumentativo, o texto de Teresa Mendes e Marta Velosa, denominado “Literatura para a Infância no Jardim de Infância: contributos para o desenvolvimento da criança em idade pré-escolar”, busca demonstrar, pela convocação e articulação de autores que têm discutido questões atinentes à literatura para a criança, o caráter específico e a potencialidade de tal literatura. As pesquisadoras lusas, que, naturalmente, usam a terminologia empregada em seu país para designar o nível de ensino que, para nós, corresponde à Educação Infantil, retomam o papel do adulto-mediador e suas desejáveis ações e atitudes, entre as quais a de saber harmonizar os gostos de leitura dos pequenos, por um lado; e a escolha de livros com qualidade estética e literária, por outro. Em consonância com o que foi aludido em outros artigos do dossiê, Mendes e Velosa exploram a produtividade semântica que os processos intersemióticos – texto e ilustração – dos livros literários para criança podem desencadear, acentuando a polissemia dessa conjugação e o poder de atração das ilustrações. E mais: acentuam as autoras que “essa relação de interdependência entre os dois códigos é que atribui verdadeiramente ao álbum para crianças a sua singularidade, pois só é possível compreendê-lo na plenitude através da *leitura* dos dois discursos” [ênfase no original]. Relembre-se que a referência a “álbum para crianças”, no Brasil, deve ser entendida como uma alusão aos livros infantis que reservam um grande espaço para imagem e apresentam pouco texto escrito.

No desenvolvimento de seu artigo, as autoras lusas exploram as possibilidades que a literatura para a infância traz para diversas dimensões do desenvolvimento infantil: o incremento da sensibilidade artística, da capacidade interpretativa e da competência leitora; a elaboração de um espírito de cidadania, o desenvolvimento psicológico e a capacidade de entender o mundo (na medida em que os pequenos se confrontam com diferentes representações do real através dos mundos possíveis da ficção). No que tange ao desenvolvimento emocional da criança,

acentuam as autoras, a ficção presente em muitos livros pode lhe apresentar “situações de tensão e conflito em que as personagens se envolvem e com as quais se debatem interiormente de forma emotiva ... ou exteriorizando tais emoções em face do outro”. Esse seria um exemplo de como a vivência de leitura literária por crianças poderia “desmistificar e apaziguar os medos e os traumas que as crianças possam eventualmente possuir”, sem que, por isso, se incida no entendimento de tal leitura como um instrumento de biblioterapia. Trata-se, isso, sim, de o adulto mediador estar consciente da articulação possível entre a formação literária das crianças e o desenvolvimento emocional infantil, pela exploração da literatura para a infância.

Assinando o último artigo do dossiê, Edgar Kirchof e Iara Bonin, em “Literatura infantil e pedagogia: tendências e enfoques na produção acadêmica contemporânea”, têm como objetivo apresentar uma revisão do campo de estudos que une literatura infantil e pedagogia, por meio da análise de 69 artigos sobre a temática, publicados em três revistas brasileiras que apresentam regularmente textos sobre leitura e literatura infantil: *Leitura: teoria & prática* (tradicional revista do campo, publicada regularmente há quase 35 anos, da qual foram consultadas as edições de 2009 a 2014), *Tigre Albino* (revista *online* dedicada exclusivamente à poesia infantil, da qual foram consultados dez volumes, publicados entre 2007 e 2010, num total de 115 artigos disponíveis) e *Emília* (revista *online* sobre leitura em todos os níveis educativos, espaços variados, mercado editorial, etc, da qual foi analisada a aba “Leitores” de todas as edições, desde seu lançamento em setembro de 2011). Trata-se, pois, de uma amostra variada de estudos, ensaios e relatos recentes, cujos autores são tanto pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras e profissionais da educação básica, quanto editores do campo da literatura infantil, autores e ilustradores reconhecidos.

Malgrado a heterogeneidade da autoria dos 69 artigos examinados, várias convergências podem ser neles identificadas. Foi encontrado nas três revistas um elevado número de relatos de experiências bem-sucedidas de leitura; no caso específico de *Tigre Albino*, envolvendo até a produção de textos literários. No caso de *Emília*, diferentemente, tais relatos se referem com frequência a outros espaços que não a escola e a sujeitos em situação de fragilidade social. Também no caso dessa revista, algumas experiências são internacionais e ao menos um artigo focaliza práticas domésticas. Conforme Bonin e Kirchof apontam, tais relatos se revestem de um caráter de exemplaridade para outros professores-mediadores e, neles, o prazer literário e o caráter lúdico da experiência de leitura são sempre acentuados. Abordam, assim, o que seriam situações propícias para a formação da competência leitora, para o desenvolvimento do

letramento literário e para o despertar do gosto pela leitura; no caso específico de *Tigre Albino*, os ensaios sobre *mediação* para formação do leitor enfatizam a especificidade da linguagem poética, assim como os benefícios de ordem variada que a poesia pode trazer ao leitor infantil. Brincadeira, felicidade, fantasia, imaginação... são itens evocados como propiciadores da formação subjetiva do leitor e do ser humano, com frequente ênfase ao desenvolvimento da criticidade do sujeito.

O papel do professor no encontro entre literatura e pequenos leitores também é abordado, às vezes focalizando a sua autoridade para escolha dos livros para tal encontro. Em muitos artigos analisados, é mencionado o caráter fundamental da paixão do professor pela literatura, assim como a necessidade de ele ser capaz de motivar o aluno para a leitura, por meio, inclusive, de um bom repertório de obras para seus alunos e, ainda, do conhecimento da linguagem literária, para evitar o “risco de que elementos não literários sejam mais valorizados do que o aspecto propriamente estético durante as atividades de leitura e de produção de textos com base na leitura literária”

A abordagem de temas específicos (gênero, relações cotidianas, idade, etc.) ou o entrelaçamento entre texto verbal e imagético, entre texto escrito e oralidade, entre linguagem dos quadrinhos e poesia, entre poesia para criança e letramento digital também são temas desenvolvidos por autores dos artigos analisados. Numa grande síntese final a partir da dissecação dos 69 artigos recentes sobre o tema, Bonin e Kirchof entendem que a grande maioria deles efetivamente se insere na preocupação já enunciada por Magda Soares e atualizada por Cosson, qual seja a de como empreender a “escolarização da leitura”, sem “descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização.”

Findo este percurso sobre os artigos que compõem o dossiê, enunciamos nossa expectativa de que sua leitura possibilite ao leitor e à leitora interessado(a) que se sinta mais equipado para (re)pensar a questão central proposta pelo dossiê. Ainda que os artigos não confluem em seus objetivos e, por vezes, também na terminologia e na ênfase teórica, eles compõem uma espécie de quebra-cabeças sobre o campo. Temos, assim, um primeiro artigo, de cunho teórico, embebido na preocupação com o lugar da literatura infantil no momento de intensas mudanças que vivemos. Outro artigo explora, pela discussão dos resultados de uma pesquisa-ação, a potencialidade da palavra poética como libertadora e provocadora, no próprio

ambiente escolar, tão frequentemente visto como obstaculizador de vivências e experiências efetivamente literárias. O terceiro artigo, embora reconhecendo a importância do mais abrangente e relevante programa de fomento à leitura no Brasil até os dias atuais – o Programa Nacional de Biblioteca na Escola, PNBE –, aponta os problemas gerenciais que prejudicam sua eficácia, por meio do exame de um caso geograficamente situado, mas que, sabe-se pela leitura de outras investigações, tem equivalentes em outros pontos do País. O artigo seguinte, que marca a presença lusa no dossiê, explora, de forma argumentativa, as múltiplas contribuições que a literatura para a infância – considerando a sua relação dialogal e a intersemiose das linguagens verbal e imagética – pode trazer para as crianças “em idade pré-escolar” (Educação Infantil, no Brasil). Já o último artigo, partindo da exploração de um conjunto de textos recentes sobre o tema publicados em periódicos impressos ou virtuais que circulam no Brasil, permite ao leitor situar melhor os estudos anteriores e tomar contato com os principais conceitos, pressupostos, objetivos e preocupações que atravessam a relação entre literatura infantil e espaços escolares na contemporaneidade.

E se, desesperançados e perplexos com o panorama de violência, radicalismo e menosprezo à vida humana em que estamos vivendo neste momento, tendermos a considerar tal tema de menor valor, María Teresa Andruetto (2012) nos ajuda, com suas palavras, a repensá-lo:

Para que escrever, para que ler, para que contar, para que escolher um bom livro em meio à fome e às calamidades? Escrever para que o escrito seja abrigo, espera, escuta do outro. Porque a literatura, mesmo assim, é essa metáfora da vida que continua reunindo quem fala e quem escuta num espaço comum, para participar de um mistério, para fazer com que nasça uma história que pelo menos por um momento *nos cure de palavra*, recolha nossos pedaços, junte nossas partes dispersas, transpasse nossas zonas mais inóspitas, para nos dizer que no escuro também está a luz, para mostrarmos que tudo no mundo, até o mais miserável, tem seu brilho [ênfase no original]. (p. 24)

Referência Bibliográfica

Andruetto, M. T.(2012). Por uma literatura sem adjetivos. São Paulo: Pulo do Gato.

Submetido à avaliação em 1 de agosto de 2016; aceito para publicação em 1 de agosto de 2016.